



Companhia de Desenvolvimento de Curitiba
Gerência Financeira/Administrativa e de Pessoal

INFORMAÇÃO

Protocolo nº 01-052.074/2025

À DP4 – Supervisão Jurídica

Assunto: Equipamento diverso do ofertado no Pregão Eletrônico nº 002/2025

A empresa **COMERCIAL TOP MIX LTDA.**, vencedora do Pregão Eletrônico nº 002/2025, ofertou em sua proposta o servidor **HPE ProLiant DL380 Gen11 LFF**, dentro das especificações técnicas exigidas no edital (infraestrutura de computação para gerenciamento e autenticação de usuários).

Após a homologação e emissão da Autorização de Fornecimento, a contratada entregou, em substituição, o equipamento **HPE ProLiant DL380 Gen10 Plus LFF**, alegando indisponibilidade nacional do modelo inicialmente ofertado e defendendo equivalência ou superioridade técnica do novo modelo.

Assim, solicitamos análise quanto a possibilidade de aceite do referido equipamento, com as considerações abaixo elencadas;

1. Vinculação ao edital e à proposta

Nos termos do art. 31, §1º, da Lei nº 13.303/2016, o edital vincula a Administração e os licitantes. O edital do Pregão nº 002/2025 estabeleceu que a contratação se daria conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência e Anexos, os quais integram o edital.

Assim, a licitante, ao apresentar proposta, assumiu obrigação não apenas de atender às especificações mínimas, mas de cumprir fielmente o modelo indicado em sua proposta vencedora.

2. Princípio da isonomia

Aceitar a substituição de modelo após a homologação afronta a isonomia entre licitantes (art. 30 da Lei nº 13.303/2016).

Outros concorrentes poderiam ter apresentado propostas envolvendo o Gen10 Plus, talvez por valores inferiores, caso soubessem que esse modelo seria aceito. A aceitação posterior altera as condições de competitividade e compromete a igualdade de tratamento.

3. Alterações contratuais

O art. 72 da Lei nº 13.303/2016 prevê hipóteses de alteração contratual, mas não autoriza substituição de marca ou modelo que descaracterize a proposta vencedora. Trata-se de modificação substancial do objeto, o que não encontra amparo legal.

4. Inexecução contratual

Nos termos do art. 83, I, da Lei nº 13.303/2016, a não execução total ou parcial do contrato caracteriza inadimplemento contratual.

A entrega de modelo diverso ao proposto configura inexecução parcial, sujeitando a contratada às sanções previstas (advertência, multa, impedimento de contratar).

5. Jurisprudência de controle externo

O TCU possui jurisprudência consolidada no sentido de que a aceitação de equipamento distinto do proposto viola os princípios da vinculação ao edital e da isonomia (ex.: Acórdão TCU nº 2.471/2010 – Plenário).

Ainda que se alegue desempenho superior, a alteração não pode ser admitida se não houve previsão expressa no edital para aceitação de produtos “equivalentes”.

Diante do exposto, conclui-se que não é juridicamente possível aceitar o equipamento HPE ProLiant DL380 Gen10 Plus LFF em substituição ao modelo ofertado (HPE ProLiant DL380 Gen11 LFF), pelos seguintes fundamentos:

- a) Vinculação ao edital e à proposta – obrigação de cumprir fielmente as condições ofertadas (art. 31, §1º, Lei 13.303/2016);
- b) Violação à isonomia – outros licitantes poderiam ter ofertado o Gen10 Plus em condições distintas;
- c) Inexecução contratual – entrega de bem diverso ao ofertado configura inadimplemento (art. 83, I, Lei 13.303/2016);
- d) Inexistência de amparo legal – art. 72 da Lei 13.303/2016 não autoriza a substituição de modelo que desnature a proposta vencedora.

ANÁLISE TÉCNICA COMPARATIVA

Conforme documentação apresentada pela própria contratada, seguem diferenças entre o **Gen11 ofertado** e o **Gen10 Plus entregue**:

Característica	Gen11 Ofertado – HPE ProLiant DL380 Gen11 LFF	Gen10 Plus Entregue – HPE ProLiant DL380 Gen10 Plus LFF	Vantagem
Arquitetura/Geração	Mais recente (DDR5, PCIe Gen5)	Geração anterior (DDR4, PCIe Gen4)	Gen11
Processador	Intel Xeon Gold 4314 (16 núcleos / 32 threads)	Intel Xeon Gold 5318Y (24 núcleos / 48 threads)	Gen10 Plus
Cache L3	24 MB	36 MB	Gen10 Plus
Velocidade UPI	10,4 GT/s	11,2 GT/s	Gen10 Plus
Memória suportada	DDR5 até 4800 MT/s	DDR4 até 3200 MT/s	Gen11
Padrão PCIe	PCIe Gen5	PCIe Gen4	Gen11
Ciclo de vida / suporte	Mais longo (nova geração)	Menor (linha anterior)	Gen11

Após a seleção da proposta que atende o edital e celebrado o contrato com o licitante vencedor, surge para as partes contratantes o dever de executar o contrato nos seus exatos termos, em estrita observância às cláusulas e condições definidas no edital ou no termo que a dispensou ou a inexigiu, e na proposta do licitante vencedor. Como decorrência lógica, a regra é que os particulares executem os contratos nos moldes de suas propostas, o que engloba a entrega de bens com as marcas que foram indicadas e aceitas pela Administração.

Apesar dessa diretriz geral, fato é que podem surgir circunstâncias que impactem no cumprimento do contrato nos exatos termos da proposta, que resultem na necessidade de avaliar o cabimento da substituição das marcas dos produtos/bens especificados pelo contratado, como no caso concreto apresentado.

Nesses casos, para que a principiologia que orienta as contratações públicas não seja desrespeitada, a aceitação de objeto com especificações diferentes daquelas ajustadas dependerá da análise dos seguintes aspectos:

- a) se a entrega do objeto em condições diferentes implica prejuízo para a própria Administração e para os direitos daqueles que participaram da licitação, porque, por exemplo, importaria em aumento de custo (ainda que não direto; um gasto maior com manutenção, por exemplo) e, assim, deixaria de refletir o negócio mais vantajoso;
- b) se o objeto nos moldes entregues pelo particular é capaz de satisfazer tecnicamente a necessidade administrativa, apresentando as características mínimas e indispensáveis descritas no instrumento convocatório, de modo que, se cotado à época da licitação, já poderia ter sido aceito.

O fornecimento do computador é o núcleo central da obrigação assumida pelo contratado, de modo que, para aceitar eventual substituição, a Administração deverá questionar o particular acerca das razões pelas quais não consegue entregar a marca inicialmente definida e, especialmente, sopesar se a marca proposta para substituição atende, tecnicamente, as exigências do edital (existindo laudo técnico a respeito – veja-se o Acórdão nº 558/2010 – Plenário, TCU), de modo que já poderia ser aceita à época da licitação. Sendo esse o caso, de modo que não acarrete qualquer prejuízo à Administração, preservando-se a seleção da proposta mais vantajosa, é possível aceitar justificadamente a troca. O equipamento enviado pela vencedora é compatível com as especificações do edital.

É a Manifestação.

Davidson José Moulepes
Controle Interno

Curitiba, 04 de Setembro de 2025.